

CHINA E ÍNDIA – DESAFIO E EXEMPLO PARA O BRASIL

Agência Brasil

RIO – Os desafios oferecidos ao Brasil pelo desenvolvimento verificado pela China e pela Índia serão discutidos entre os dias 9 e 12 deste mês, no XVII Fórum Nacional, que será promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE) na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no Rio de Janeiro.

O evento terá como tema central “China e Índia como Desafio e Exemplo e a Reação do Brasil para Cima” e será aberto pelo Ministro da Fazenda, que representará o Presidente da República. A sessão inaugural abordará as condições fundamentais para o crescimento sustentado.

O ex-Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso considera que o Brasil corre o risco de perder posições no cenário global para China e Índia. Na visão de Velloso, embora os dois países estejam se mostrando como aliados em disputas comerciais internacionais, eles se tornam a cada dia nossos maiores competidores entre os países emergentes.

De acordo com dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), enquanto as exportações chinesas cresceram cinco vezes de 1993 a 2003, passando de US\$ 92 bilhões para US\$ 428 bilhões, e as da Índia evoluíram três vezes (de US\$ 21,6 bilhões para US\$ 57,1 bilhões), os embarques feitos pelo Brasil ao exterior apenas dobraram no período, subindo de US\$ 39 bilhões para US\$ 73 bilhões.

Reis Velloso explica o título do evento da próxima semana. Para ele, o impulso observado pelos dois países concorrentes representa ao mesmo tempo um exemplo e um desafio para

o Brasil. Segundo analisa, já não se trata mais do fato de China e Índia terem crescido mais do que o Brasil. A questão, segundo ele, ganha dimensão maior porque as duas nações “se tornaram altos competidores em setores nos quais o Brasil também está querendo competir no mercado internacional”. A siderurgia é um desses setores, indica o ex-ministro.

Estudo realizado pelo INAE, do qual Reis Velloso é Superintendente Geral, revela que China e Índia também adquiriram grande competitividade em áreas em que o Brasil está dando ainda os primeiros passos, como a de Tecnologia da Informação, incluindo a área de serviços de informática (*software*, em especial), considerada chave nos dias atuais. O custo menor da mão-de-obra é uma das razões para isso, identifica o INAE.

A solução para o Brasil reagir “para cima” a esse comportamento dos concorrentes, como define o ex-ministro, passa pela consolidação do crescimento sustentado, de modo a se atingir uma média de crescimento do Produto Interno Bruto entre 4% a 5% ao ano, “pelo menos”. Reis Velloso afirmou que esse crescimento deve ser baseado na inovação tecnológica, aplicada tanto à indústria como ao agronegócio.

O LEGADO DE UM NOTÁVEL PRÓCER CHINÊS

Manuel Cambeses Júnior
Coronel-Aviador

A China comemorou, recentemente, de forma retumbante, o centenário de nascimento de Deng Xiaoping, o líder visionário que sucedeu ao grande timoneiro Mao Tsé-tung e transfor-

mou consideravelmente o país, nos últimos decênios do século XX.

O portentoso gigante asiático enfrentou e superou, no século passado, mais terremotos políticos que qualquer outro país do mundo. Em 1911, ocorreu a queda da dinastia Qing (1644-1911), que durante 267 anos governou o país de forma despótica. A China tem sobrevivido, desde então, a repúblicas efêmeras, a senhores da guerra, a ocupações estrangeiras, a guerras civis e a sangrentas revoluções. A última grande convulsão ela está experimentando agora, quando a criativa mudança proposta por Deng Xiaoping tem transformado o gigante asiático, paulatinamente, em uma superpotência emergente.

Deng Xiaoping conduziu a China até o umbral do século XXI com uma receita aparentemente milagrosa: liberalização econômica e encerramento da política controlada pelo Partido Comunista, ou seja, abriu as portas ao capitalismo, porém sem descurar e abrir mão do regime político. E os resultados, surpreendentemente, têm sido espetaculares. Ao contrário do que ocorreu com a extinta União Soviética, cujos dirigentes optaram por abrir a mão na política e mantê-la cerrada na economia, a China não somente tem apresentado significativos resultados econômicos, mas, também, tem experimentado uma extraordinária transformação em todas as expressões do poder nacional.

Na atualidade, a China de Mao Tsé-tung, o idealizador da "Longa Caminhada", converteu-se praticamente em uma pujante fábrica do mundo. O Presidente Hu Jintao, durante solene cerimônia para comemorar o legado do insigne prócer chinês, declarou que "o plano que Deng traçou para a modernização da China está se convertendo, na atualidade, em uma incontestável realidade".

Os ocidentais dividem as opiniões quando observam a China. Uns a vêem como um inesgotável mercado de 1,300 bilhão de consumidores. Outros, porém, preferem vê-la como uma

fábrica de competidores desleais e contumazes violadores da propriedade industrial. Uns apostam pela cooperação, convencidos de que a democracia será inevitavelmente referendada pelo estômago chinês. Para outros, desde a lembrança do que ocorreu na Praça Tiananmen, faz-se mister permanecer atentos à violação dos direitos humanos, algo contumaz por parte dos mandatários chineses. E se alguns consideram que a China pode repetir o êxito da Alemanha, que de inimiga passou a ser considerada uma campeã da democracia, não faltam aqueles que propõem aplicar ao gigante uma política de contenção como a praticada contra a União Soviética.

A China foi o poder dominante na Ásia Oriental durante dois mil anos, porém, lamentavelmente, desde 1850, ficou subordinada ao Ocidente e ao Japão, razão pela qual é lógico que os dirigentes de Pequim, sucessores de Deng, pretendam recuperar para a China o lugar que lhe cabe no mundo. O problema consiste em saber como se desenvolverá a China neste século XXI. A História sistematicamente registra que um país como a China, ao se industrializar rapidamente, torna-se mais agressivo, belicista e expansionista. Foi o que aconteceu também, além de outros exemplos, com a Grã-Bretanha e a Alemanha.

A China estaria, indefectivelmente, condenada a seguir esse destino manifesto? Não necessariamente. A China possui duas caras. Observando-a sob qualquer prisma, porém, constata-se que certamente será uma das chaves do século XXI. Ela ocupa dois terços da massa continental do Sudeste Asiático e, com seus 1,300 bilhão de habitantes, possui dois terços da população total da região. Ela é, portanto, um gigante, ainda que, por vezes, possa parecer e dar a falsa impressão de que tem os pés de barro. Atualmente, está posicionada como a sétima economia do mundo e tem reduzido substancialmente o nível de pobreza, embora esteja

situada em 107^o lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, entre a Albânia e a Namíbia.

O extraordinário desenvolvimento chinês tem provocado imensas preocupações nos Estados Unidos, a única megapotência onde os círculos políticos e acadêmicos vaticinam que daqui a vinte anos deverá ocorrer o ponto de equilíbrio entre as economias dos dois países.

A China já não professa o regime maoísta, porém, neste alvorecer do século XXI, está direcionada para outra grande marcha. Deng Xiaoping morreu cinco meses antes da devolução de Hong Kong à soberania chinesa, em 1997, sem que visse realizada na prática a sua teoria de um país e dois sistemas, símbolo máximo de seu pragmatismo. Entretanto, as coisas evoluíram e deslancharam normalmente segundo deixou estabelecido. Por isso, torna-se arriscado supor que seus sucessores não seguirão as suas bem traçadas diretrizes, que, entre outras coisas, determinam que a China deve atuar no cenário internacional como um importante parceiro estratégico e não como um voraz competidor.

A China tem dado um grande salto adiante, porém necessita da imprescindível cooperação ocidental para prosseguir modernizando-se. A pujante comemoração do centenário de nascimento de Deng Xiaoping demonstra, claramente, que a China está disposta a continuar seguindo a rota traçada pelo grande líder chinês.

Transcrito do *RESERVAER*, pela Internet.

A REVOLTA DA FOICE CONTRA O MARTELO: Camponeses da China Central atacam garimpos e refinarias que poluem suas aldeias e exigem que Pequim tome providências

Edward Cody

A primeira coisa que os aldeões notaram foi a lama.

Um depósito sedimentar engrossou gradualmente as águas do Rio Chaoshui e não de-

morou para emporcalhar os arrozais que lhes dão um meio de vida frugal, mas confiável, nestes montes ásperos da China Central. No início deste ano, os peixes desapareceram e a água, antes cristalina, enegreceu. As mulheres já não podiam lavar roupa nas margens. As crianças começaram a ter erupções na pele após mergulhar.

Disseram aos aldeões que uma porção de garimpos de um metal industrial conhecido como molibdênio havia começado a operar nos morros, despejando detritos rio abaixo. Os aldeões se queixaram muitas vezes às autoridades distritais, pedindo que os garimpos fossem fechados ou fiscalizados. Mas, com o preço dos minérios disparando, o apelo do lucro era grande demais para resistir.

Milhares de garimpeiros (alguns com autorização, outros não) continuaram escavando as encostas e lançando as sobras no Chaoshui.

Em maio, os aldeões enfurecidos desistiram do Governo e resolveram organizar uma incursão nos garimpos.

Por muitas horas frenéticas, os esguios agricultores usaram ferramentas agrícolas e as mãos nuas para destruir mais de duzentos garimpos, desafiando um guarda local que tentava conter sua fúria.

Na aldeia vizinha de Guideng, três semanas antes, outra revolta destruiu instalações de mineração, nesse caso, refinarias que expeliam poluição de outro metal, o vanádio. Também houve cumplicidade passiva do secretário local do PC e líder eleito.

E agora um grupo de líderes rurais irados nesta região remota deu um passo adiante, passando da cumplicidade passiva ao apoio ativo à causa camponesa. Num raro desafio, eles uniram forças contra o Governo central numa organização não autorizada e ameaçaram renunciar em massa se as autoridades não tomassem uma atitude. A menos que algo seja feito logo, advertiram eles numa carta ao Pri-

meiro-Ministro Wen Jiabao, a violência camponesa continuará. "Se o Governo central não resolver o problema, esperaremos um pouco mais, e se ainda não tiverem resolvido o problema, destruiremos mais fábricas", declarou Hua Ruiqi, de 55 anos, líder eleito da aldeia Aimen.

Essas revoltas oferecem um vislumbre de uma inquietação popular muito maior.

Milhares de protestos, embora proibidos, eclodem a cada ano nas cidades e povoados da China. Os protestos se tornaram uma grande preocupação do governo do Presidente Hu Jintao, ansioso para impedir que se alastrem e diminuam a estabilidade e o controle do poder pelo PC.

Os chefes partidários "não ousam" se opor aos camponeses, disse Su Changshen, agricultor de 60 anos que ajudou a destruir a operação de refino de vanádio que expelia poeira venenosa em sua aldeia. "Esta é uma rebelião de agricultores?"

Transcrito do *The Washington Post*
de Xiachaoshui, China.

ÍNDIA, POTÊNCIA NUCLEAR: UMA NOVA BIPOLARIDADE?

Demétrio Magnoli
Jornalista

O Primeiro-Ministro Manmohan Singh foi feliz em Washington. Seu anfitrião, George Bush, recebeu-o com um banquete na Casa Branca e o raro direito a um discurso no Capitólio. Mas, sobretudo, concedeu à Índia "os mesmos benefícios e vantagens" de que usufruem as outras potências nucleares "oficiais", *comprometendo-se com uma "completa cooperação" no campo do uso civil da energia nuclear. As sanções impostas desde os testes indianos de*

1998 foram levantadas e, para todos os efeitos práticos, o "clube nuclear" passou a ser integrado por seis potências.

O gesto de Bush não é uma surpresa, pois os formuladores norte-americanos de política externa anunciavam que o "aprofundamento das relações com a Índia" figurava no topo das prioridades do segundo mandato do presidente. Mas ele representa uma reviravolta histórica, com repercussões regionais e globais. No radar norte-americano, a Índia separa-se do Paquistão, que é um aliado indispensável na "guerra ao terror", porém continua ocupando o lugar incômodo de potência nuclear "clandestina" e segue sujeito ao regime de sanções no campo da tecnologia nuclear. Acima de tudo, a nova parceria estratégica indo-americana cimenta os alicerces de uma política asiática destinada a contrabalançar o poderio chinês.

A corrente dos neoconservadores norte-americanos emergiu da obscuridade, há três décadas, criticando a aproximação sino-americana conduzida por Richard Nixon e Henry Kissinger. A antiga "obsessão chinesa" parece mais intensa do que nunca e desafia os argumentos realistas.

A China, em nome de seus próprios interesses estratégicos, ajuda a preservar a frágil estabilidade geopolítica da Ásia, contribuindo para a contenção multilateral da Coreia do Norte, e em nome de seu desenvolvimento econômico cumpre a função crucial de financiar o déficit dos EUA, usando suas vastas reservas para comprar títulos do Tesouro norte-americano. Mas os "neocons" orientam-se por imperativos ideológicos e movem-se ao sabor das projeções abstratas sobre a evolução do poderio bruto da potência asiática. *Nos seus cenários, a China está condenada a desempenhar um papel comparável ao da União Soviética durante a Guerra Fria. Essa, como tantas outras, é uma profecia auto-realizável.*

A “obsessão chinesa” justifica a proposta norte-americana de reforma do Conselho de Segurança da ONU, com a entrada de apenas dois novos membros permanentes: Japão e Índia. A China, contudo, não admite a candidatura japonesa, sob o pretexto de que Tóquio se recusa a reconhecer, ampla e completamente, seus crimes de guerra. Os EUA, por sua vez, não aceitam a proposta do G4, que altera em profundidade o balanço de forças no Conselho de Segurança. A dupla rejeição propicia uma aliança ocasional: Washington e Pequim anunciaram que trabalharão juntos para congelar a reforma.

Raymond Aron caracterizou as superpotências da Guerra Fria como “irmãos-inimigos”, rivais que compartilham o interesse na manutenção do *status quo*. Na busca por uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, o Itamaraty cortejou Pequim durante os últimos dois anos, até o ponto intolerável de elogiar o comportamento chinês no tema dos direitos humanos.

Transcrito da *Folha de S. Paulo* de 11-8-2005.

AS CONTURBADAS RELAÇÕES SINO-NIPÔNICAS

Há algumas semanas, as relações diplomáticas entre China e Japão parecem ter atingido um indesejável nível de tensão, manifestada através de pronunciamentos de ambas as partes e eivados de altos decibéis emocionais que tangenciam, por vezes, a uma fricção geopolítica.

Os dois gigantes asiáticos parecem expor, contundentemente, feridas ainda não completamente cicatrizadas, especialmente as provocadas pela guerra entre os dois portentosos países e a nefasta ocupação japonesa da Manchúria, no início da década de 1930, que derivou em muitas atrocidades, como as que foram

perpetradas no chamado Massacre de Pequim, no final de 1937.

A esses episódios somaram-se outros ocorridos ao longo da Segunda Guerra Mundial. A crueldade japonesa no trato com os povos ocupados foi tremendamente contundente, particularmente no que concerne ao abuso e à violação de mulheres chinesas.

Diferentemente da Alemanha, o Japão até o presente momento não havia reconhecido sua responsabilidade nos lamentáveis episódios. Ao contrário, seus livros de história, de alguma maneira, seguem minimizando aqueles tristes e desabonadores fatos.

Tais lacerações alimentaram uma onda de manifestações populares de protesto, em Pequim e em Xangai, e de Shenyang, no Nordeste, até Zhuhai, no Sul. Essas respostas contestatórias agrediram a embaixada e os consulados japoneses e produziram sérios incidentes com turistas nipônicos.

Os protestos na China – país em que a liberdade de expressão está permanentemente cerceada – não são geralmente espontâneos, como aquele que ocorreu na Praça de Tiananmen, em 1989, e que terminou de forma trágica. Muito pelo contrário, são meticulosamente planejados e organizados.

Dessa maneira, os reclamos daqueles que protestaram veementemente foram claros e pontuais: que o Governo chinês não aceite a postulação japonesa para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e que não seja aceita a proposição japonesa para suceder o atual secretário-geral das Nações Unidas.

Como enfatizou o Primeiro-Ministro Wen Jiabao, durante sua recente visita oficial à Índia: “Somente um país que respeita a História e se torna responsável por ela, e ganha a confiança dos povos da Ásia e do mundo em geral, pode assumir maiores responsabilidades na comunidade internacional.”

Isso tudo, somado à sensação de que os Estados Unidos não têm uma atitude demasiadamente favorável às propostas de reforma que estão sobre a mesa, parece haver posto em dúvida a possibilidade de que, efetivamente, avance a reforma do organismo que tem a seu cargo a responsabilidade pela paz e pela segurança internacionais.

A isso acrescenta-se que a China tem sistematicamente boicotado os produtos japoneses, boicotes que começaram a estender-se, perigosamente, desde a sua capital econômica, Xangai, aumentando as fricções com os japoneses.

Muito além da retórica circunstancial, é provável que o conflito em curso tenha também algo a ver com as necessidades que possuem ambos os países, fortes importadores de hidrocarbonetos, de obter recursos energéticos. E, mais concretamente, com a disputa de soberania que mantém no Mar da China Oriental, onde o Japão acaba de autorizar suas empresas petrolíferas a prospectar e extrair hidrocarbonetos.

Nessa zona já se produziram alguns incidentes. O Japão se colocou em ação depois de quatro décadas de muita prudência e vacilações. A China reagiu, afirmando que defenderá com vigor o que entende que são seus recursos naturais. Parece haver descoberto naquele ponto duas jazidas de gás, o que complica consideravelmente as coisas.

A situação estaria entrando em um terreno perigoso que, por suas peculiares características, poderia chegar a alimentar os nacionalismos latentes em ambas as nações e até derivar em uma confrontação mais áspera e imprevisível. Por isso, a retomada do diálogo ao mais alto nível e as recentes escusas do Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi – que expressou pela primeira vez o arrependimento de seu país pela dor e pelos sofrimentos provocados durante o período em que ocupou colonialmente a China – devem ser bem-vindas.

Até agora, essas manifestações foram oficialmente recebidas na China com frieza, po-

rém o Governo acaba de anunciar que não tolerará mais manifestações de rua contra o Japão, o que pode ser interpretado como um benfazejo sinal de distensão.

Transcrito de *O Estado de S. Paulo*.

Resenha on-line do CComSEx de 11-8-2005.

AMBIÇÕES MILITARES DA CHINA DEVEM PREOCUPAR

Depois de 11 de setembro de 2001, os EUA deixaram de se preocupar com as forças militares da China, preferindo se concentrar na cooperação com Pequim para enfrentar o terrorismo, pressionar a Coreia do Norte sobre seu programa de armas nucleares e resolver outras questões imediatas. No longo prazo, porém, Washington não pode ignorar o fortalecimento da China como uma potência militar capaz de fazer frente aos EUA num confronto, mais provavelmente sobre a explosiva questão de Taiwan.

Não há dúvida de que os EUA continuarão como potência militar dominante do mundo no futuro previsível. A China gasta cada vez mais nas Forças Armadas, como se pode verificar por seu orçamento anual de defesa de US\$ 30 bilhões. Mas ele ainda está muito aquém dos US\$ 400 bilhões que os EUA gastam anualmente com defesa.

Esse aumento dos gastos resulta de uma série de reformas iniciadas no final da década de 1970, quando a China começou a desmantelar seu planejamento econômico ao estilo soviético por algo mais próximo de um sistema de livre mercado. Quando a economia começou a crescer, no final da década de 1980, a China teve mais recursos para suas forças militares. Por isso, está usando esses recursos para modernizar as Forças Armadas e mudar sua ênfase. Em lugar de se preparar para uma "guerra popular" prolongada e de baixa tecnologia, equipa-

se para guerras locais de alta tecnologia – conflitos de curta duração e alta intensidade, parecidos com a campanha dos EUA na Guerra do Golfo, em 1991.

Embora ainda esteja equipada com armas baseadas em projetos soviéticos da década de 1950, as Forças Armadas chinesas estão colocando em campo aviões, navios, mísseis e carros-de-combate modernos. Muitos deles foram comprados da Rússia, mas a indústria de defesa da China está produzindo armamentos cada vez mais sofisticados, usando os avanços tecnológicos resultantes da transformação econômica do país e da assistência técnica da Rússia e de Israel. A China também está trabalhando para aprimorar o treinamento militar e a qualidade de suas Forças Armadas. Os exercícios militares são cada vez mais abrangentes. Os militares chineses começaram a recrutar estudantes formados em universidades civis para o oficialato e soldados com grau secundário.

No futuro, as Forças Armadas chinesas poderão ascender à condição de potência mundial. Mas a China ainda não começou a investir nos sistemas necessários para isso: porta-aviões, bombardeiros pesados, navios anfíbios de longo alcance e aviões de transporte militar, além de uma constelação de satélites de comunicação e vigilância com cobertura global.

Por enquanto, a China está voltada principalmente para os países em suas fronteiras ou próximos – mais especialmente para Taiwan. Pequim está empenhado em desenvolver uma força suficientemente forte para compelir Taiwan a aceitar a unificação – e derrotar qualquer defesa norte-americana de seu antigo aliado. Os EUA prevaleceriam hoje numa guerra desse tipo, mas, em vinte anos, a China poderá ser a potência dominante no Leste Asiático, e os EUA poderão estar sobrecarregados para enfrentar um ataque chinês a Taiwan.

Transcrito de *O Estado de S. Paulo* de 11.08.2005.

ALÉM DO FATO: RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA

J. Carlos Racy

*Mestre em história da política
externa brasileira*

No momento em que as tensões comerciais com a China aumentam, a aproximação brasileira com aquele país oferece sensações contraditórias. Para citar um exemplo, o déficit do Brasil no ramo têxtil passou de US\$ 111,8 milhões em 2003 para US\$ 219,1 milhões no ano passado. Estados Unidos, Argentina e Turquia já regulamentaram mecanismos internos de salvaguarda. O Brasil aguarda para decidir.

Pensando à moda ocidental, a intenção da China ao negociar com o Brasil é, a longo prazo, desenvolver certos setores de infraestrutura e de tecnologia e, a curto, abrir o mercado brasileiro para seus produtos manufaturados, transformando-o numa plataforma de exportação para a América do Sul ou a América Latina em geral.

Os objetivos do Brasil nessas negociações são semelhantes: a curto prazo, abrir mais espaço para a produção brasileira de manufaturados no mercado chinês; a longo prazo, integrar-se ao desenvolvimento dos setores de infraestrutura e tecnologia na China, mais identificados com os interesses brasileiros. Obviamente, as pretensões do Brasil incluíam a expansão de suas relações econômicas no continente asiático a partir daquele país, apesar de todas as dificuldades para essa expansão.

Ao que parece, ao longo dessas tratativas – que incluíam visitas presidenciais nos dois países – o maior problema enfrentado pelos negociadores brasileiros foi a desconsideração do que faz parte do modo chinês de agir e pensar a relação com o outro. Para os chineses, negociações internacionais são sempre expressão de guerra. Nesse caso, é obrigatório lembrar

das máximas de Sun Tzu, essenciais, para o sucesso do entendimento entre Brasil e China e seus desdobramentos futuros.

Os princípios de Sun Tzu explicam tanto o relativo insucesso do Brasil nessa negociação como indicam caminhos para novos desdobramentos desse processo:

1) Conhecer a si e ao outro – auto-explicativa da situação.

2) As alianças só são possíveis se conhecemos os parceiros – consequência da máxima anterior.

3) Antecipação – a capacidade de prever ações e reações que parece ter sido esquecida pelos brasileiros.

4) Capacidade tática a partir da observação das condições reais – o erro é prestar mais atenção nos ataques do inimigo do que na nossa capacidade de nos defendermos.

5) Tomar a iniciativa sempre – em alguns momentos isso não aconteceu e não acontece por parte do Brasil, tendo como motivo muitas vezes a próxima máxima.

6) Harmonia no estado e no exército para uma boa luta.

7) Desinformar ou não dar ao inimigo a chance de conhecer o oponente – o que muitas vezes, até mesmo por certa ingenuidade ou idealismo, acontece com o Brasil no cenário internacional.

Na realidade, o que se pode tirar como lição de tudo isso é que, para fazer valer seus interesses, o Brasil precisa negociar com os chineses como estes negociam com o Brasil e com o resto do mundo, isto é, com muita cautela, paciência e persistência. É importante ressaltar que isso não significa imobilismo. Se o Brasil necessita do mercado chinês, que pressione o Governo daquele país e envolva os atores daquela sociedade identificados com os interesses em jogo para o relaxamento de suas restrições.

Se o Brasil precisa de uma base para expandir suas atividades econômicas para a região,

que afirme, de fato, suas intenções e, se preciso, jogue de verdade com fortes parceiros alternativos. Pois a máxima da antecipação preconizada por Sun Tzu não se refere só à razão, mas fundamentalmente à ação.

Transcrito do *Jornal do Brasil* de 29.08.2005

VIETNÃ, TRINTA ANOS DEPOIS

Pham Thi Hoai

Jornalista vietnamita exilado

NOVA YORK – Hoje se completam trinta anos da queda de Saigon, marcada pelas cenas de desespero e de combates filmadas nos estertores da Guerra do Vietnã. Como nuvens flutuando no céu, essa guerra já estava lá quando nasci, em 1960. Não tinha como saber, então fui obrigado a conviver com ela, todos os dias, por 15 anos. Não fui uma criança infeliz: a maior parte das nuvens era rosa. Quando as nuvens de chuva surgiam, só realçavam mais as outras.

Cresci no nordeste do Vietnã entre 1960 e 1970 e para mim a guerra era uma natural e até colorida parte da vida. Isso continuou mesmo quando bombas caíam em áreas de evacuação ou quando não reconhecia amigos e colegas de escola que haviam perdido braços ou pernas. A morte andou perto de mim, dizendo “veja você amanhã”. Parecia que, salvo alguma mudança, a guerra continuaria como as nuvens no céu.

Com a libertação de Buon Ma Thuot, em março de 1975, as lições da manhã começaram a incluir estudantes “progressistas” cumprindo a honorável tarefa de afixar no mapa do país a pequena bandeira vermelha com a estrela amarela sobre as vitórias até aquele momento: Hue, 26 de março, Da Nang, 29 de março, Phan Rang, 16 de abril, Xuan Loc, 21 de abril.

O vermelho sobressaía no mapa. As bandeirinhas tomavam todo o Sul tão rápido que

fiquei preocupado que não chegasse a minha vez de ir ao quadro. No dia 27 de abril, segurando uma bandeira improvisada com papel e escova de dentes, sobre Ba Ria, chorei. Não eram lágrimas de vitória. Não sabia qual era o preço de vencer. Meu choro era de despedida. A guerra que conhecera acabava. E foi na minha vez a hora de anunciar o fim. O que a substituiria? O que restaria depois dela?

A primeira década após a derrota norte-americana na tomada de Saigon pelo Exército do Vietnã do Norte foi marcada pela continuação do sistema de subsídios que vigorou no conflito, pelo controle sobre a vida diária e pela linha-dura ideológica que já vinha dominando. Também foi marcada por atritos militares na fronteira oeste, com o Camboja, e na fronteira norte, com a China. Isso e a continuação da Guerra Fria transformaram nossa recém-adquirida independência nacional em isolamento internacional e fizeram do país, recentemente unificado – do Norte ao Sul –, um território marcado pela pobreza, atraso e pela repressão.

Vivendo em Hanói (a capital do Vietnã do Norte) durante o início da década de 1980, imaginava que poderia dar à luz um filho cuja biografia oficial começaria assim: “Como nuvens no céu, o pós-guerra já estava lá quando nasci. Todos os dias, eu olhava para o céu e via as nuvens cinzas...”

Mas a década de 1980 viu a introdução do *Doi Moi*, a renovação política. Custou aos vencedores dez anos para perceber que a vitória não é algo fácil de digerir. Em 1994, o embargo contra o Vietnã foi suspenso e a normalização de relações entre o país e os Estados Unidos se acelerou. Custou aos EUA vinte anos para que assinassem um tratado de paz com o seu próprio passado. Para Washington, hoje, a Guerra do Vietnã pertence à História.

Uma página resgatada a cada quatro anos, como um teste da moralidade e do espírito pa-

triótico dos candidatos presidenciais. Ou, ainda, como ponto de comparação com outras guerras que os EUA estão lutando, ou mesmo com aquelas a serem lutadas no futuro.

Trinta anos depois, as pessoas dizem que a História deixou uma cicatriz, mas não descansa em paz. Não há razão para desenterrar relíquias não relacionadas ao presente. É preciso olhar para o futuro. Pertencço a um pequeno grupo de pessoas – provavelmente, uma minoria – que não pode dizer tal conclusão relaxada. Tanto tempo depois da guerra, aquela pequena bandeira pesa mais em minha mão do que nunca. Sim, a morte de 4 milhões de pessoas e 1 milhão de soldados pertence à História assim como milhões de órfãos e viúvas, as feridas físicas e psicológicas em dezenas de milhões, os 76 milhões de litros de veneno e as 13 milhões de toneladas de bombas e balas.

No entanto, o mais grave legado da guerra que quebrou recordes de desumanidade é duradouro simplesmente porque ela nunca foi incluída na lista convencional de legados de guerra que deveriam ser evitados.

O resultado do conflito no Vietnã foi uma vitória completa dos comunistas. A guerra foi o leite materno, a escola e o teste de campo do comunismo vietnamita. Isso providenciou justificativa histórica para a indispensável liderança do Partido Comunista, provendo-o do Mandato Divino. O comunismo encontrou uma rota especial para o trono vietnamita usando essa notável e sangrenta denominação. O mandato acabou, mas ela permanece. Até hoje, a legitimidade obtida nesses trinta anos é constantemente reiterada, repetidamente reafirmada, validada e endeusada. Os heróis da era da guerra continuam a monopolizar a autoridade em tempo de paz, a liderança militar da guerra está renascida como um controle autoritário.

O Partido Comunista sabe muito bem que enquanto as coisas podem mudar, o mito do Mandato Divino deve permanecer intacto, es-

pecialmente porque todos os outros elementos dessa ideologia foram traídos sem desculpa ou se revelaram falidos. Como pode a guerra ser consignada à História, enquanto o mandato derivado dela se sustenta?

Trinta anos depois da guerra, todos os nossos valores básicos culturais perderam sua importância e as nobres idéias da ideologia comunista se tornaram uma piada. Nenhum espaço emergiu para os valores básicos democráticos ocidentais ou para as dimensões positivas da globalização moderna.

Em vez disso, enfrentamos a corrupção, a violação das leis, a perversão da moralidade e da dignidade, o colapso dos sistemas médicos e educacionais, o crescimento da desigualdade social, a bomba-relógio do conflito étnico e religioso, o perigo do caos em um grande e negligenciado país, a destruição ambiental, o empobrecimento da vida espiritual, a impotência da inteligência, a proibição de cooperação entre grupos sociais, a crise de crença e de esperança.

O sistema totalitário no Vietnã já teve tempo e suficientes oportunidades para provar que não tem mais a autoridade para resolver esses problemas do dilema pós-comunista. Pode a Guerra do Vietnã ser posta no museu, enquanto continua a vigorar esse modelo no país através do futuro? É a ditadura um preço justo para a paz?

A Guerra do Vietnã não resultou no colapso dos Estados Unidos. Em vez disso, levou ao desaparecimento da República do Vietnã, uma nação que dominava metade do país de hoje e que tinha tanta legitimidade quanto seu irmão do Norte.

Nunca esqueci a imagem do General Nguyen Ngoc Loan, o chefe da Polícia de Saigon, na famosa foto de Eddie Adams (na qual ele executa um *vietcong* preso com um tiro na cabeça). Mes-

mo depois de Adams ter pedido desculpas ao general pela foto, o episódio ainda recorda a bizarra tragédia descrita por Oriana Falacci, depois que ela o entrevistou. Loan amava rosas, Brahms e Chopin e detestava sua carreira militar. Mas comparou um monge budista, que se imolara durante um protesto, a um cão drogado e disse que as destruídas crianças comunistas mereciam ser surradas.

Depois da libertação, no entanto, toda a sociedade do Sul foi submetida à prisão, aos campos de concentração, à perda de propriedade, à discriminação contra as crianças mestiças, ao expurgo de intelectuais, à destruição e à proibição da cultura do Sul, à completa eliminação de inúmeras carreiras e vidas. Não foram ações de vencedores por direito. Nem evidenciaram a superioridade do novo regime em relação ao inimigo recém-aniquilado.

Trinta anos depois da guerra, o país nunca tomou ciência real do doloroso êxodo de milhões de vietnamitas do Sul. Isso ocorreu como se não fossem mais vietnamitas e tivessem sido expatriados de uma nação unificada. Isso ocorreu porque o país unificado pertencia a um só grupo de vietnamitas, mas não ao outro. Isso ocorreu como se acreditassem que o sentimento nacional pudesse crescer naturalmente saindo desse profundo buraco da divisão e do ódio como pé de arroz nascendo numa trincheira.

É fácil dizer: as feridas da guerra estão começando a se curar, não tente remexê-las. Mas não é um ferimento, é um tumor para o qual o tempo não trouxe cura milagrosa. Ao contrário, a guerra surgiu da divisão nacional. Poderia ela continuar trinta anos depois? Vietnamitas e norte-americanos hoje apertam as mãos, mas vietnamitas se recusam a oferecê-las a outros vietnamitas. Como pode? (*Open Democracy*)

Transcrito de *JB on-line* de 30-4-2005.